



GOVERNAMENTALIDADE E ESTATÍSTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: implicações sobre a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente

Raquel Fröhlich- UNISC

Resumo

O presente artigo problematiza algumas questões a respeito da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente, instituído pelo Ministério da Educação em 2010, aliados aos conceitos de Governamentalidade e Estatística. O atual contexto mundial exige de cada sujeito uma constante formação profissional, qualificando a atuação no mercado de trabalho. Na Educação, professores são “convidados” a participar de cursos de formação continuada com o intuito de qualificar o trabalho nas escolas. A Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente apresenta-se como uma avaliação que possibilitará ao professor verificar habilidades e competências para o exercício docente e identificar falhas em sua formação inicial. Permitirá delinear um perfil “básico” dos docentes para o exercício do magistério. Os resultados dessa avaliação permitirão ao Estado verificar quais as regiões brasileiras onde a formação docente encontra-se precária, viabilizando um investimento nas “áreas de risco”. É a Governamentalidade conduzindo a formação docente.

Palavras-chave: Formação Docente, Governamentalidade, Estatística.

Encontramo-nos em um contexto global de rápidas transformações, em todas as esferas sociais. O mundo “é/está” globalizado e exige de nós, cidadãos, participação e comprometimento cada vez maiores nas diferentes posições identitárias que ocupamos em nossa vida. É imprescindível nos mantermos atualizados, em constante busca pelo aperfeiçoamento pessoal e profissional para que possamos participar dos processos de in/exclusão inerentes à vida atual. No campo da educação não é diferente: é necessário que o professor esteja em “formação continuada”, que busque constantemente capacitações e formações que possam agregar a sua formação inicial. Não basta estar “formado”; é preciso estar em “constante formação”. Ser um “empreendedor de si mesmo”, um “empresário de sua profissão”, um “investidor em habilidades e competências” é uma das condições e das exigências para nos mantermos na profissão. Dessa maneira, vemos proliferar cursos de formação continuada, muitos deles oferecidos pelo próprio Estado, e um desmembramento pedagógico dos mesmos, especificando cada vez mais as diferentes áreas de formação: formação em letramento, em alfabetização, em educação infantil, educação matemática, educação especial, educação inclusiva, educação indígena, educação de jovens e adultos, orientação escolar, supervisão escolar, gestão escolar, etc. Assim é comum observarmos que

professores encontram-se em constante formação, como forma de acumular conhecimentos, competências e habilidades para atuar como docente. Nesse sentido, ações voltadas a políticas públicas são elaboradas, baseados em dados quantitativos e numéricos, para aprimorar a formação inicial docente e permitir sua continuidade.

Dessa maneira, esse trabalho propõe problematizar algumas questões relativas à formação de professores, aliada aos conceitos de governamentalidade e estatística, juntamente com implicações relacionadas à Prova Nacional de Concurso para Ingresso a Carreira Docente, criado pelo MEC, a partir da Portaria Normativa nº 14 de 21 de maio de 2010 e alterada pela Portaria Normativa nº 3 de 02 de março de 2011.

Governamentalidade e Estatística: saberes mobilizados para o conhecimento e controle das populações.

Foucault (2008) nos mostra que a partir do século XVII, a preocupação do Governo do Estado sofre uma mudança na forma de governar: do conhecimento e preocupação com o território para o conhecimento da população, ou seja, a *governamentalidade*. Segundo o autor, por *governamentalidade* entende-se:

1. O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permite exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.
2. A tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo”, sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de uma série de saberes.
3. O resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Nesse sentido, as ações do Estado, a partir da Modernidade, passam a ser governamentalizadas, ou seja, passam a ser uma preocupação em relação à população: suas regularidades, incidências e exceções. O deslocamento do poder soberano para o controle da população instituiu uma racionalidade própria ao Estado, que “abandona” a verificação das regularidades no interior da família, mas se ocupa das regularidades da população, ligada ao conceito de estatística.

De fato, essa estatística que havia funcionado até então no interior dos marcos administrativos e, portanto, do funcionamento da soberania, essa mesma estatística descobre e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população comporta efeitos próprios da sua agregação e que esses fenômenos são irreduzíveis aos da família: serão as grandes epidemias, as expansões epidêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra [também] que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos (FOUCAULT, 2008, p. 138).

Dessa maneira, percebemos o surgimento de políticas voltadas ao governo da população, ou seja, instrumentos, táticas, técnicas que permitem que a governamentalidade seja colocada em funcionamento, de forma cada vez mais sutil e dissipada, mas que atue sobre cada vez mais indivíduos, ou melhor, sobre uma coletividade. Tais formas de governo permitem, também, o conhecimento das populações, ligando os saberes produzidos através do conhecimento destas ao poder que pode ser exercido em relação às mesmas.

Nesse sentido, a Estatística torna-se uma das ferramentas necessárias ao conhecimento de toda e qualquer população. É com a Estatística que as regularidades das populações tornam-se “visíveis”, “palpáveis”, “pensáveis” e potencialmente “previsíveis”, possibilitando a elaboração de projetos e programas que interfiram de forma direta os índices apresentados. Como exemplo, verificamos as diferentes políticas na área da saúde (vacinação, cuidados com gestantes e bebês, saúde da mulher, saúde do idoso, etc), na área da assistência social (“bolsa família”, moradia, emprego, etc) e na área da educação (avaliações externas, alfabetização, acesso ao ensino superior, etc).

Para Senra (2005),

[...] as estatísticas contribuem distintamente para tornar conhecidas as realidades distantes e/ ou ausentes. Conhecidas, as realidades tornam-se pensáveis e, por isso, potencialmente governáveis. Nesse sentido, as estatísticas configuram tecnologias de distância, enquanto procedimentos formalizadores de controle ou de domínio, encaixando-se à maravilha como tecnologias de governo, dessa forma, vindo a integrar uma determinada racionalidade instrumental. (SENRA, 2005, p. 15)

A existência da Estatística se dá desde os primórdios, desde a época da cristandade, entretanto, sua invenção política, é um acontecimento recente, tendo seu início em meados do século XVII e XVIII, ou seja, neste período a mesma passou a ser vista com um novo olhar, como um instrumento de racionalidade governamental ou tecnologia de governo. Para

Foucault (1994), trata-se de um processo que passa de um Estado atento ao território a um estado atento à população.

Neste sentido, entende-se estatística como técnica de coleta e tratamento da informação, a partir do discurso científico às decisões estratégicas no governo de si e dos outros. Segundo Reichmann (1975), não é meramente uma ciência exata, seu emprego no plural refere-se às estatísticas descritivas como os dados colecionados, porém no singular menciona-se ao processo pelo qual os dados são analisados. Antigamente, todas as estatísticas eram históricas, todas tratavam do passado. Já nos dias de hoje, estão muito relacionadas ao presente, pois revelam realidades de uma coletividade previamente construídas e idealizadas, constituindo assim, através das ciências, o que Foucault (1994) denominou como discursos de verdades e formas de governo.

O papel da estatística, como um saber de governo, desde o final do século XVIII, torna-se mais um dever de Estado, ou seja, governar um sujeito é conduzir suas condutas a partir de índices numéricos apresentados em diferentes linguagens e representações como, por exemplo, porcentagens, tabelas e gráficos. Assim, é possível estabelecer recorrências a respeito de uma população, estabelecer padrões de normalidade e anormalidade para a mesma, constituindo regimes de verdade e estabelecendo discursos que subjetivam tal coletividade.

Tais mudanças se processam a partir de uma tecnologia a serviço de certa racionalidade política que orienta a conduta dos sujeitos, moldando-o, constituindo assim, efeitos de verdade de um Estado.

Conforme Foucault (2008),

[...] a estatística é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativa das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medida dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber do soberano. Não mais, portanto, *corpus* de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado. (FOUCAULT, 2008, p. 365).

Atualmente, e cada vez mais somos avaliados sob forma numérica, os quais descrevem segundo determinados parâmetros e/ ou classificações como estamos e o que precisamos

mudar, melhorar, aprender, estabelecer, criar, moldar, desestruturar, desacomodar, entre outros infinitos fatores determinados e dirigidos por um poder. Isso acontece em todas as funções e lugares de um Estado - Nação.

Na Educação Brasileira não é diferente: a partir da década de 90 grandes transformações vem ocorrendo em todas as esferas educacionais: currículos, práticas pedagógicas, formação de professores, gestão escolar, avaliações – internas e externas.

No que se refere às avaliações, percebemos uma profusão das avaliações externas que visam mapear a educação brasileira em seus diferentes níveis. Avaliações externas como Prova Brasil, Saeb, Saers, Provinha Brasil, Enem, aliados ao tratamento estatístico dos resultados obtidos, revelam índices de alfabetização, de letramento, de conhecimentos matemáticos, de leitura, de escrita, etc., nas diferentes séries/anos da educação básica. Dessa forma, é possível, por exemplo, identificar quais as séries/anos que possuem o melhor desempenho em determinada disciplina, ou qual a região brasileira onde os índices de alfabetização estão menores que a média nacional, ou ainda, qual escola se destaca pelos melhores (ou piores) índices apresentados nas diferentes avaliações. Esse mapeamento produzido pela Estatística permite planejar e organizar ações governamentais como a elaboração de políticas públicas dirigidas especificamente aos índices que se quer intervir: índices de alfabetização, de reprovação em determinada série/ano, de escolarização em determinada região do país, etc. Pode-se pensar nas condições de possibilidades que se tem para inferir nas políticas de verdade, juntamente com o saber estatístico, na promoção e na supervalorização de índices numéricos, que moldam e classificam a população escolar em determinadas áreas do ensino e aprendizagem.

Há uma grande valorização dos índices obtidos e isso produz efeitos: evidências das práticas pedagógicas de “sucesso” e sugestão de replicá-las, geralmente independente do contexto; advertência e, muitas vezes, investimentos financeiros nas instituições com baixos índices, apontadas como problemáticas (TRAVERSINI e BELLO, 2009, p. 147).

E é dessa forma que a governamentalidade, aliada à Estatística, atua: na condução de condutas de, por exemplo, melhorar a educação brasileira. Dados estatísticos são produzidos de forma a mapear uma realidade, no caso, a educação brasileira, para que se possa visualizar essa realidade, tornando-a “concreta” e passível de planejamento e intervenção. Não é sem intenção que diferentes políticas são elaboradas para intervir diretamente nos resultados obtidos, atuando diretamente na conduta dos sujeitos.

Recentemente, a avaliação externa deslocou-se do foco da instituição escolar e o corpo docente, e volta-se para uma “nova” população: os professores. Em 2010, o Ministério da Educação publicou em Diário Oficial a Portaria Normativa nº 14 de 21 de maio de 2010, alterada em 2011 pela Portaria Normativa nº 3 de 02 de março de 2011 que institui a Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente. Mais um índice que visa melhorar a educação brasileira, mas agora com o olhar voltado sobre a formação do professor.

Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente: implicações no governo da população docente.

A partir de 2012 as escolas e os sistemas de ensino passarão a conviver com mais um índice na educação: será o primeiro ano de aplicação da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente. Elaborada pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a Prova Nacional será realizada anualmente e por adesão voluntária dos docentes. Tal avaliação tem como objetivo principal “subsidiar a admissão de docentes para a educação básica” (BRASIL, 2011, s/pg.) nos municípios e estados do país. Dessa maneira, as redes de ensino do país poderão utilizar os resultados e as informações oriundas desta avaliação como forma de seleção em concursos públicos. Tal avaliação permitirá uma maior mobilidade por parte do docente que, em função do seu desempenho, poderá “escolher” o município ou o estado onde deseja atuar, uma vez que os resultados da Prova Nacional serão validados em todo o território nacional.

Além disso, a Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente apresenta outros dois objetivos:

II - conferir parâmetros para auto-avaliação dos participantes da Prova, com vistas à continuidade de sua formação e à inserção no trabalho docente;

III - fornecer subsídios qualitativos que possam ser incorporados à formulação e à avaliação de políticas públicas de formação inicial e continuada de docentes. (BRASIL, 2011, s/pg).

Em relação à auto-avaliação docente proposta como um dos objetivos, é evidente a necessidade de manter o docente em constante formação. Com os resultados desta avaliação, cada profissional poderá observar onde se encontram as falhas de sua formação inicial e, a partir disto, atribuir esforços pessoais para reverter tal situação, tornando-se um

“empreendedor de si mesmo”. Investir em sua constante formação, desenvolver habilidades e competências específicas à sua atuação, tornar-se cada vez mais apto e competitivo dentro dessa fatia do mercado de trabalho é o que se espera de cada sujeito. Segundo Costa (2009, pg. 177) “a capacitação e a formação educacional e profissional dos indivíduos aparece aqui como elemento estratégico a ser investido por essa nova modalidade de governamentalidade” uma vez que poderiam garantir aumento de produtividade desse sujeito. Nesse sentido, acumula-se “capital humano” (COSTA, 2009), ou seja, habilidades, competências e conhecimentos tornam-se valor de troca no mercado de trabalho. Quanto maior o “capital humano” do sujeito, mais chances de se manter no jogo do mercado. E em relação à Prova, quanto melhor seu desempenho, maiores as chances do profissional, por exemplo, ser chamado em um concurso público. Costa (2009) acrescenta:

as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independente da classe social a que ele pertence, seu capital; mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo[...] (COSTA, 2009, p. 177).

Outra questão a ser pensada é relativa à formulação de políticas públicas de avaliação da formação inicial e /ou continuada de docentes. Esta Prova é elaborada a partir de uma matriz de referência que avalia competências que pretende verificar potencialidades do “candidato para alcançar o perfil esperado em sua futura atuação” (BRASIL, 2011a, pg.03), ou seja, permitirá traçar um perfil “básico” do que se espera do futuro docente. A matriz é elaborada a partir de dois eixos: o primeiro é composto por competências relacionadas ao perfil profissional, divididas em três dimensões (profissão docente e cidadania; trabalho pedagógico, domínio dos conteúdos curriculares); o segundo é composto por blocos de conhecimentos específicos da formação de professores (políticas educacionais; organização e gestão do trabalho pedagógico; desenvolvimento, ensino e aprendizagem) e de conhecimentos que deverão ser ensinados pelos futuros docentes (língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências naturais, arte e educação física e o ensino destas).

A partir de tais informações, é possível pensar que cursos e programas de formação de professores poderão ser alvos de mudanças a partir dos resultados apresentados pela Prova

Nacional. Pensamos que a matriz de referência da avaliação poderá ser utilizada como base de um currículo único na formação docente, estabelecendo parâmetros nacionais na formação destes profissionais, negando as especificidades tão necessárias para dar conta da realidade educacional brasileira nos dias atuais.

Além disso, cursos de formação inicial investirão esforços para que os futuros docentes apresentem o perfil profissional pré-determinado pela Prova. Ou ainda, tais cursos de formação prepararão seus futuros docentes para um desempenho adequado para a prova, repensando e re-elaborando currículos de formação superior. Mudanças no currículo dos cursos de formação inicial e/ou continuada com o objetivo de “formar” ou “preparar” o futuro docente de acordo com o perfil “básico” delineado pela Prova.

Outro aspecto que pode ser percebido é que com a análise dos resultados da Prova Nacional será possível identificar regiões brasileiras onde a formação inicial/continuada de professores encontra-se precária, inexistente ou aquém das esperadas pelo Estado. Dessa forma será viabilizado a elaboração de programas específicos de formação docente e um investimento maior nas “áreas de risco”, identificadas pelo baixo desempenho na avaliação. Aqui vemos a Estatística como uma tecnologia de governo, que permite ao Estado gerenciar situações de risco à população, conduzindo condutas através da intervenção de políticas públicas, neste caso, de formação docente.

Conforme TRAVERSINI e BELLO (2009) a Estatística pode ser entendida como uma das formas de situar determinada população como sendo de risco social. E intervir nas condutas desta população para que a mesma saia dessa zona de risco é utilizar o conhecimento estatístico como forma de planejar ações dentro de uma tecnologia de governo a partir dos riscos sociais. E dessa forma, todo e qualquer indivíduo de determinada população é incitado a gerenciar sua própria vida, mantendo a coletividade auto-organizada. Conduzindo condutas individuais e coletivas é que se otimiza índices, neste caso, na formação de docentes.

A estatística pode ser entendida como um meio, composto por saberes e por procedimentos técnicos específicos que é utilizada por governos das diferentes esferas públicas, para situar comunidades com altos índices de analfabetismo, por exemplo, como sendo de risco social. Analisar como se conduz a conduta desse conjunto de indivíduos para sair da condição de analfabetismo é tomar a prática da gestão do risco como uma forma de governar que necessita do saber estatístico para tomar decisões. A prática da gestão do risco, que se utiliza de programas executados

em parcerias com empresas, que incita o indivíduo a autogerir sua vida e a manter sua comunidade auto-sustentável, emerge a partir da racionalidade política contemporânea, caracterizada como neoliberal. Tal racionalidade objetiva conduzir as condutas individuais e as coletivas, administrando-as de modo a responsabilizar cada um pelo seu destino e otimizar os índices de saúde, de educação e de desenvolvimento do país com vistas a diminuir a dependência do Estado e também figurar no topo dos rankings internacionais. (TRAVERSINI e BELLO, 2009, pg. 143).

Outra questão que pode ser pensada é que se a formação dos professores é um dos fatores que interferem na qualidade na educação básica, pode-se pensar que o investimento na formação inicial e/ou continuada dos docentes deverá refletir diretamente na elevação de índices qualitativos da educação básica. Novamente a Estatística entra como forma de confirmar ou não esta relação “custo-benefício”, onde os índices educacionais serão mais elevados onde há maiores investimentos por parte do Estado.

É nesse momento que é possível perceber a governamentalidade “atuando”: com os resultados (estatística) da Prova Nacional, políticas públicas poderão ser pensadas para formar certo tipo de sujeito, de profissional docente cada vez mais preocupado com uma formação continuada, com um determinado perfil profissional de atuação na educação básica brasileira. É o Estado atuando de forma a conduzir a formação docente.

Considerações Finais...

No momento em que o Estado preocupou-se com o governo da população, e não mais do homem-espécie, novas técnicas surgem para o conhecimento e controle da mesma. Entre elas, a Estatística, entendida em uma racionalidade política e como uma tecnologia de governo, torna-se uma das maneiras mais eficazes de visualizar toda e qualquer população: permite verificar suas regularidades e exceções, definir padrões de normalidades e anormalidades e enfim, constituir regimes de verdade a respeito das populações. É com a Estatística que as populações podem ser pensadas e planejadas.

Assim, a Estatística utilizada para verificar as diferentes características das populações viabiliza a elaboração e aplicação de políticas públicas voltadas aos resultados obtidos: índices de alfabetização, de vacinação, de emprego, de desemprego, de moradia, de saneamento básico, de transporte, etc. Dessa forma, a estatística, cada vez mais presente na mensuração das diferentes regularidades das populações, é uma das tantas formas que o

Estado encontra de governamentalizar suas ações, ou seja, de conduzir as condutas dos sujeitos.

A Estatística utilizada na Prova Nacional aparece como uma forma de conhecer a população docente: suas características, conhecimentos, formação inicial; e vai além: permite delinear um perfil desejado para a função docente na educação básica. E ainda: permite uma auto-avaliação do sujeito e uma “necessidade” constante de formação continuada; características essas tão importantes para se manter e se destacar no mercado de trabalho atual, para se manter no jogo do mercado.

Além disso, verificar e intervir nas áreas de risco onde a formação inicial e/ou continuada dos docentes é precária ou inexistente, conforme padrões estabelecidos pela própria Prova Nacional, será possível visualizar com os resultados obtidos. O surgimento e a ampliação de cursos de formação, bem como a reformulação de currículos dos cursos de formação são algumas das mudanças que podem ser visualizadas com a análise dos resultados obtidos pela avaliação docente. Um investimento cada vez maior, por parte do Estado, em recursos que podem qualificar a formação docente e, por consequência, a educação como um todo.

Como a Prova ainda não foi realizada, não se sabe ao certo quais os efeitos que esta avaliação produzirá sobre os sistemas de ensino e seus sujeitos. Porém, é possível constatar de antemão que efeitos diretos sobre as subjetividades que se referem ao que é ser docente serão produzidos. Um novo professor? Novas subjetividades? Novo perfil docente? Um perfil básico de docente dará conta das especificidades da realidade educacional brasileira? Novas maneiras de formar profissionais em educação? Novos regimes de verdade a respeito do que é ser docente? Novos (ou velhos) discursos emergentes a respeito do que é ou do que falta em formação docente? São algumas das questões que continuarão a permear as discussões em relação a esta avaliação docente.

Referências:

BRASIL, Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 3 de 02 de março de 2011.*

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/download/basica/concurso_docente/portaria_institui_prova_0303_2011.pdf. Acesso em: 10/11/2011.

BRASIL, Ministério da Educação. *Matriz de Referência da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Proposta Inicial para Análise e Discussão.* Disponível em:

http://download.inep.gov.br/download/basica/concurso_docente/proposta_matriz_discussao_versao_atualizada_13042011.pdf. Acesso em: 15/11/2011a.

COSTA, S. de S. G. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. In: *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, maio/agosto 2009. p. 171 – 186.

Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8299>.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos III* (1976-1979). Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REICHMANN, W. J. *Uso e Abuso das Estatísticas*. Tradução E.P. Vieira. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975.

SENRA, N. de C. *O Saber e o Poder das Estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2005.

TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. E. L.. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 135-152, maio/ago. 2009.